

PROJETO EDUCATIVO

2024-2027



AGRUPAMENTO DE
ESCOLAS DE RIBEIRA
DE PENHA



Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO	5
CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	7
INFRAESTRUTURAS AO SERVIÇO DA ESCOLA	7
COMUNIDADE EDUCATIVA.....	9
ALUNOS.....	9
PROFISSIONAIS	10
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DO AERP.....	11
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO AERP	11
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO EDUCATIVO	12
MISSÃO, VALORES E VISÃO	13
ORGANIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO (ORGANOGRAMA)	17
ANÁLISE SWOT DO AGRUPAMENTO	18
ESCOLA (AMBIENTE INTERNO)	18
Fraquezas X Ameaças (áreas de melhoria).....	19
ESCOLA (AMBIENTE EXTERNO).....	20
Fraquezas X Ameaças (áreas de melhoria).....	21
EIXOS ESTRATÉGICOS	23
AVALIAÇÃO	37
FORMA DE DIVULGAÇÃO.....	37
DOCUMENTOS CONSULTADOS	38
OUTRAS FONTES	39
Anexo I	40
Anexo II	41
Anexo III	42
Anexo IV.....	43
Anexo V.....	44

“A educação pode tudo: ela faz dançar os ursos.”

Wilhelm Leibniz

INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei Nº 137/2012, que republica o Decreto-Lei Nº 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), assume-se o Projeto Educativo como “o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”.

As novas políticas para a educação, consubstanciadas no Despacho Nº 6478/2017, de 26 de julho (aprovação Perfil do Aluno), Despacho Nº 6173/2016 (Proposta Estratégia de Educação para a Cidadania) e Despacho Nº 5908/2017 (Projeto Piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular), o Decreto-Lei Nº 54/2018, o Decreto-Lei Nº 55/2018 e o Despacho 9180, de 19 de julho, influenciaram de forma determinante a construção deste projeto educativo e constituíram-se como verdadeiros referenciais.



Quadro Normativo

O presente Projeto Educativo do Agrupamento, a vigorar no período 2024-2027, é o documento orientador que conta com a participação dinâmica e colaboração de toda a comunidade educativa, onde se inserem as metas e os objetivos a alcançar. Consagra a Missão, a Visão, os Princípios e os Valores que regem o nosso Agrupamento.

É “o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa” (Decreto-Lei Nº 137/2012, que republica o Decreto-Lei Nº 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a)).

É um instrumento fundamental, pois “A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar, de adequação a características e recursos da Escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere” (Decreto-Lei n.º 43/1989, de 3 de fevereiro). Retrata a identidade da Escola e encontram-se aqui plasmadas as diretrizes que irão contribuir para um desenvolvimento integral dos alunos, inspirando cada um a alcançar o seu melhor, abrindo janelas de oportunidades. Queremos formar cidadãos conscientes, aptos a ocupar o seu lugar na sociedade, informados, reflexivos e críticos, que consigam saber, saber fazer, saber ser, saber estar, saber viver em sociedade. Queremos uma escola de qualidade, orientada para o sucesso, para a inclusão e para a valorização da dignidade humana. Destarte, a presença constante das linhas orientadoras transversais da Educação para a Cidadania, definida na sua Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola (EECE) e uma atenção permanente à construção dos currículos em linha com o estipulado no “Perfil do Alunos À Saída da Escolaridade Obrigatória” (PASEO). O PASEO define os princípios, a visão, os valores e as áreas de competências para as escolas e ofertas educativas ao longo da escolaridade obrigatória, pretendendo concetualizar um perfil que todos possam atingir com qualidade (Martins et al., 2017).

Na elaboração deste Projeto Educativo, além dos documentos consultados que se listam no final deste Projeto, foram tidos em conta os contributos e recomendações das diferentes ações inspetivas dos órgãos, estruturas e intervenientes da comunidade educativa.

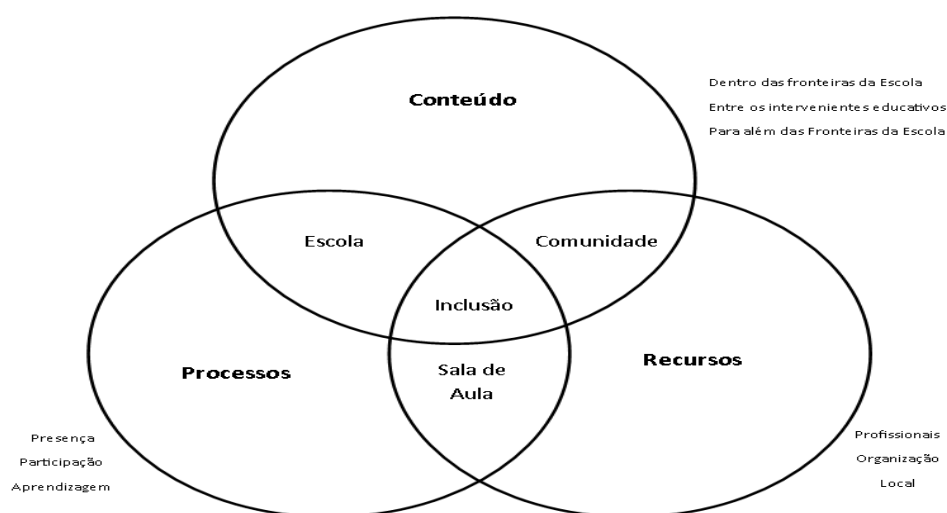
É um documento aberto, dinâmico e sujeito a atualizações, não pretendendo ser redutor de situações que contribuam para a melhoria das oportunidades de aprendizagem e formação dos alunos. O Projeto Educativo estabelecerá vínculos com outros documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente o Regulamento Interno,

Plano Anual de Atividades, Plano de Melhoria e de Autoavaliação da escola, a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola.

Após auscultação de todos os intervenientes, foram definidos quatro eixos estratégicos de ação, já que o eixo 2. Liderança e Gestão Escolar absorveu os eixos *Organização e Gestão Escolar* e *Segurança e Espaços Físicos*, previstos no meu Projeto de Intervenção (1. Sucesso Educativo; 2. Liderança e Gestão Escolar 3. Autorregulação e Melhoria do Agrupamento; 4. Articulação da Escola com a Família e a Comunidade). Para cada eixo são apresentados os objetivos, as estratégias / linhas de ação e os indicadores / instrumentos de monitorização.

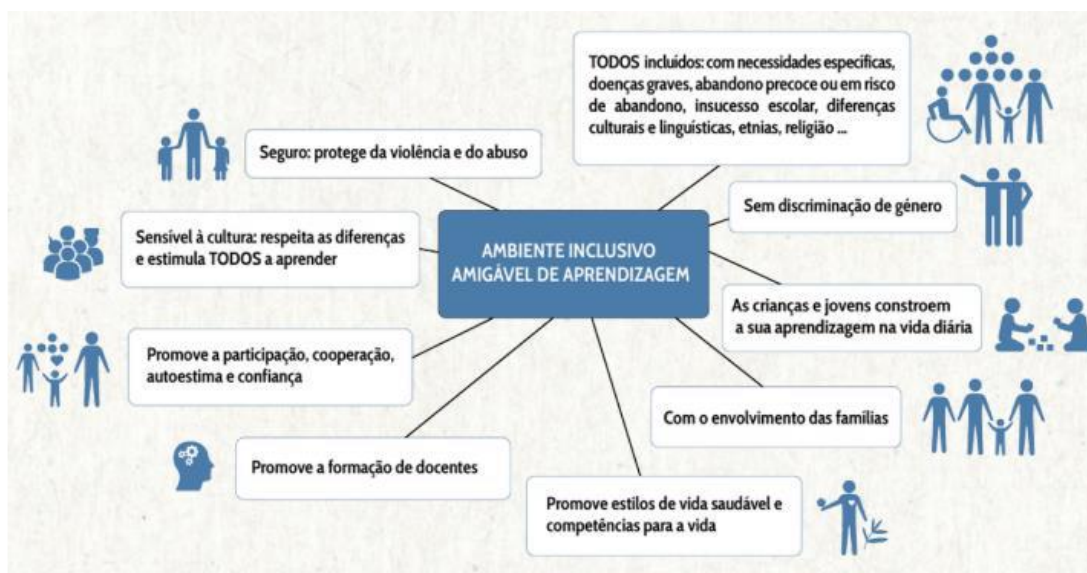
Não nos podemos esquecer que o Projeto Educativo concretiza o objetivo principal previsto na legislação em vigor relativa à AFC: a educação inclusiva. Trabalhamos para alcançar a equidade e a não discriminação, deste modo a “diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens, assente numa abordagem multinível, que integra medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão” (Decreto-Lei no 55/18, de 6 de julho, 2018, artigo 4.º, alínea c).

Cumprir o compromisso de “não deixar ninguém para trás” constitui uma peleja significativa e, sem dúvida, o maior propósito das escolas. Pretende-se uma escola comum e plural na qual todos - alunos, famílias e outros agentes envolvidos no processo educativo - têm sentido de pertença e oportunidade consentâneas com as suas expectativas, ritmos e necessidades e na qual são respeitados e valorizados. O compromisso com uma escola que procura esbater as assimetrias que comprometem a concretização do direito à educação e que desenvolve ao máximo o potencial de cada um, com vista a aprendizagens verdadeiramente significativas. Para que esta mudança se opere, todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos são necessários, tal como demonstra a imagem abaixo (UNESCO, 2015). Trabalhar com dois objetivos em mente: 1- potenciar aprendizagens significativas assentes nos talentos e nos sonhos pessoais dos alunos e conducentes a uma maior qualidade de vida (Simões, 2016); 2- O direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos (DL 54/2018).



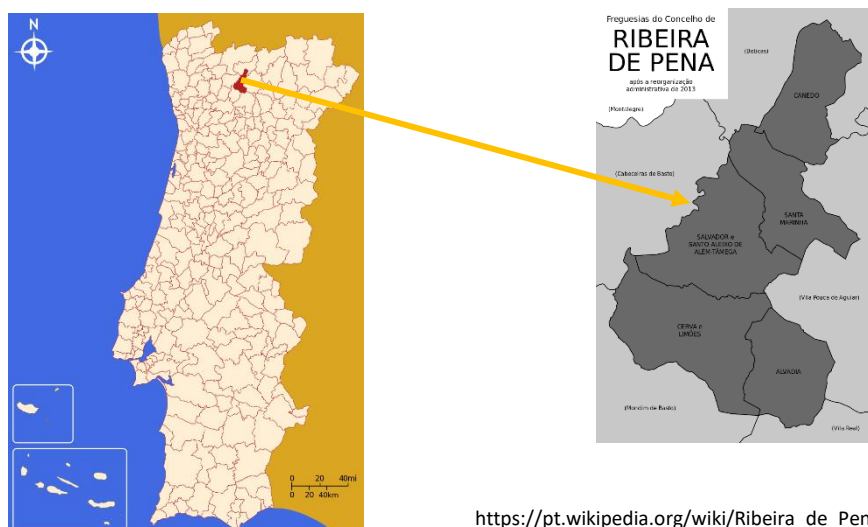
Azorim, Ainscow & Goldrick (2019)

Um novo desafio tem vindo a surgir no nosso Agrupamento, cuja resposta não pode ficar alheia a este documento. Cada vez mais alunos migrantes são integrados nas nossas turmas, em todos os ciclos de escolaridade. Para que a sua inclusão seja bem-sucedida, temos que estar atentos às suas necessidades individuais e preparados para as necessárias mudanças nas dinâmicas do Agrupamento. É imperativo sensibilizar todos “...para que a diversidade seja um fator de união entre toda a comunidade educativa, como garantia do direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades preconizada na Convenção dos Direitos da Criança” (Direção-Geral da Educação. (2024). Inclusão de alunos migrantes em meio educativo). A escola tem igualmente um papel preponderante na inclusão destas famílias, a maioria em situações frágeis, expostas e desprotegidas. Desconhecem as nossas políticas educativas e sentem-se, muitas vezes, perdidas e pouco informadas relativamente às decisões a tomar. Urge recebê-las de forma acolhedora, ouvi-las acerca das suas expectativas e receios; responder às suas questões de modo a contribuir para que as suas decisões sejam informadas e conscientes.



Fonte: Traduzido e adaptado de UNESCO (2015). Embracing Diversity: Toolkit for Creating Inclusive, Learning Friendly y Environments (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001375/137522e.pdf>)

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO



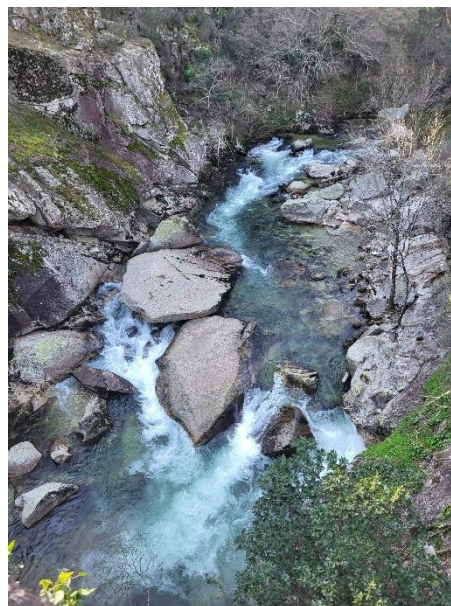
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeira_de_Pena

O concelho de Ribeira de Pena, integra o NUTS III Alto Tâmega. Este concelho faz parte da bacia hidrográfica do rio Tâmega, com uma impressionante geografia delimitada pelos vales profundos quer do Tâmega quer dos seus afluentes, entre a paisagem agreste de Trás-os-Montes e o verdejante Minho. Localiza-se a noroeste de Portugal, limitado a Norte pelo Concelho de Boticas, a Sul pelos concelhos de Vila Real, capital do distrito com o mesmo nome, e Mondim de Basto, a Este pelo concelho de Vila Pouca de Aguiar, e a Noroeste pelo concelho de Cabeceiras de Basto. Sobressai o património erguido pelo Homem desde tempos remotos, com testemunhos pré-históricos como as gravuras rupestres de Lamelas, os vários dólmenes e antas e ruínas de povoados

fortificados - como o de Monte do Cabriz. Na arquitetura popular, destacam-se os famosos espigueiros, erguendo-se sobre suportes de granito, com tetos de telha enfeitados com cruzeiros de diversas formas. Ribeira de Pena possui uma longa tradição artesanal em trabalhos em linho, utilizado para confeccionar toalhas de mesa, lençóis e colchas bordadas, e que ainda são executados nos teares, com o seu batimento ritmado, as freguesias de Santa Marinha, Alvadia ou Cerva.



Fotografia da autoria de Catarina Fernandes 11º A



Fotografia da autoria de Martim Rosa 7º E

A Ribeira de Pena está, ainda, ligado D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino no tempo de D. João I, por ter sido proprietário, pelo seu casamento com D. Leonor Alvim, de diversas propriedades no concelho. Camilo Castelo Branco também cá morou e transportou muitos traços do concelho para as suas obras.

Trata-se de um território educativo, cujo meio é maioritariamente rural. Apresenta alguma dispersão geográfica, distribuída pelas suas 5 freguesias, com uma área total de 217,66 Km². Com base nos dados recolhidos no site *Pordata*, tem uma população de 5.885 habitantes (*cf.* Censos de 2021), tendo-se verificado uma diminuição de 10,1%

face a 2011. A população residente tem vindo a diminuir progressivamente em linha com a região onde este território se insere, caracterizando-se pela baixa densidade populacional, e pelo elevado índice de envelhecimento que tem vindo a aumentar de forma progressiva. A maioria da população ativa, encontra-se empregada.

CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

INFRAESTRUTURAS AO SERVIÇO DA ESCOLA

AERP situa-se no município homónimo. Em agosto de 2010, decorreu a fusão entre o Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena e o extinto Agrupamento de Escolas de Cerva, passando a ter uma nova configuração, preconizada no PE 2011- 2015, “*duas escolas, um só caminho*”. O atual AERP, é constituído por 4 edifícios de educação e ensino:



- Centro Escolar de Ribeira de Pena;

Constituído por um Bloco, com 10 salas de aulas, estando 2 alocadas ao Pré-escolar e 8 às turmas do 1º ciclo. Tem como apoio às atividades letivas 1 sala de Apoio, 1 de reuniões, 2 salas de trabalho, sala dos Professores, sala da Coordenação, Polivalente, e Recreio Coberto. Para a prática desportiva, utiliza o Pavilhão Gimnodesportivo camarário, existente em Ribeira de Pena. As refeições são servidas no Polivalente, sendo confeccionadas na Escola Sede.



- Escola E.B. 2,3/S de Ribeira de Pena;

Constituída por 4 pavilhões, que passo a descrever:

Pavilhão I, com 8 salas de aulas, 2 Oficinas, 1 sala do GAA e 1 Gabinete de Psicologia.

Pavilhão II, com 8 salas de aulas, 2 Laboratórios de Biologia/Geologia e de Físico-Química. Tem 1 Sala alocada ao Gia, e que funciona também como gabinete de trabalho de Psicologia.

Pavilhão III, onde se localiza a sala de convívio dos alunos, o bar dos mesmos, e o refeitório. Tem 5 salas de aulas, sendo 2 de Informática.

Pavilhão IV, com a Biblioteca, 1 sala de aula, 1 sala de Música, Sala dos professores, Gabinete do Núcleo de Intervenção de apoio ao aluno e a família (NIAAF), Sala dos Diretores de turma, Associação de estudantes, Serviço de Reprografia, Gabinete da Direção, Serviços Administrativos e gabinete de trabalho/atendimento da Direção.



- Escola EB 2,3 de Cerva;

Constituída por 1 Bloco único, com 7 salas de aulas normais, Laboratório de Ciências Naturais, Físico-Química, sala de Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical, sala de informática, 2 salas de trabalho. Com biblioteca, Bar e sala de convívio dos alunos, refeitório, sala do Gia, sala de Professores e sala de Diretores de turma. Gabinete da Direção. Com recreios cobertos e sala de ginástica, desativada. Quer o Centro escolar e a EB 2, 3 de Cerva, utilizam para a sua prática desportiva, o Pavilhão Municipal.



- Centro Escolar de Cerva.

Constituído por um bloco único, com 7 salas de aulas, estando uma alocada ao Pré-Escolar e 6 ao 1º Ciclo. Dotada com uma sala multiusos, Polivalente, Sala dos Professores e Recreio Coberto

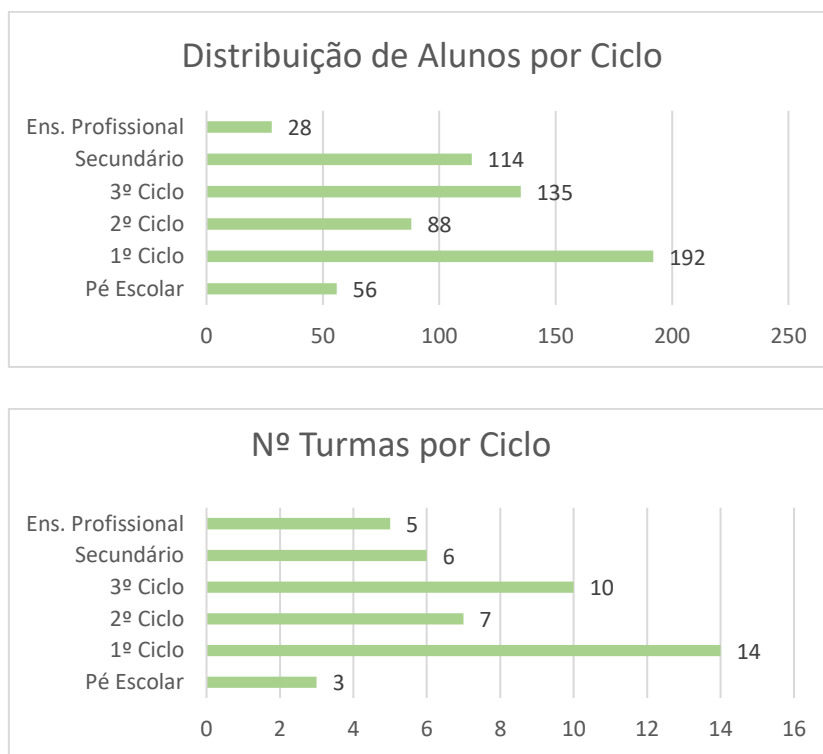
As Instalações encontram-se dispersas geograficamente por duas freguesias, situando-se o Pólo de Cerva a 16 Km da escola sede. Não obstante este aspeto, têm sido implementadas práticas (envolvimento de todos os estabelecimentos nas mesmas atividades, a criação de rotinas e dinâmicas comuns a todos, e outras) no sentido de fomentar a proximidade, equitatividade e trabalho colaborativo entre todos os intervenientes da comunidade educativa.

No que respeita à qualidade das instalações esta melhorou substancialmente, com as obras iniciadas no ano letivo transato e que se encontram, agora, em fase de acabamento. Não obstante, mantêm-se aspetos identificados a necessitar de intervenção e melhorias que necessitam de ser feitas, nomeadamente na área da acessibilidade e mobilidade e condições térmicas. Os edifícios do Centro Escolar de Cerva e de Ribeira de Pena, foram requalificados, de forma a proporcionar, experiências e oportunidades de aprendizagem que permitem aos alunos desenvolver as suas potencialidades, através de condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

COMUNIDADE EDUCATIVA

ALUNOS

A Comunidade estudantil é constituída por 613 alunos, distribuídos da seguinte forma:

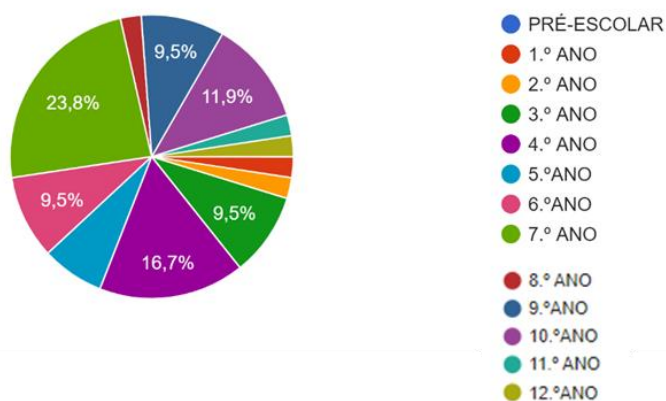


No ensino secundário, 142 alunos encontram-se distribuídos pelos cursos científico-humanísticos (114) e profissionais (28). Os cursos científico-humanísticos são: Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades; os cursos profissionais, orientados para o mercado de trabalho especializado, são: Curso Técnico de Pastelaria/Padaria (6); Curso Técnico de Manutenção Hoteleira (3); Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel (8), Curso Técnico de Soldadura (3), Curso Técnico de Eletrotecnia (8).

Os Cursos do Ensino Profissional ministrados no Agrupamento são regulados pela Portaria n.º 235 – A/2018 e criados segundo uma portaria própria ou por Catálogo Nacional de Qualificações. Cada curso tem a duração de 3 anos, num total de 3200 horas, distribuídas pela componente Sociocultural, componente Científica e componente Técnica, que integra a Formação em Contexto de Trabalho. Com esta oferta formativa, em articulação com a CIMAT, pretende-se responder às necessidades e prioridades dos diferentes setores socioeconómicos, numa interação permanente entre a escola e as empresas do concelho.

A maioria dos alunos, desloca-se para a escola, de transportes escolares e almoçam na cantina. O escalão A abrange 89 alunos e o escalão B abrange 182. Estes dados espelham o meio socioeconómico desfavorecido, em que o nosso Agrupamento se enquadra.

No que concerne ao número de alunos abrangidos pelo Regime Jurídico da Educação Inclusiva, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, 42 encontram-se -se a beneficiar de um Relatório Técnico Pedagógico (RTP) e/ou Programa Educativo Individual (PEI). Quatro alunos beneficiam de um RTP + PEI; destes, uma aluna encontra-se a realizar um Plano Individual de trabalho (PIT). 38 alunos estão apenas abrangidos por um RTP. A grande maioria destes discentes está diagnosticada com DID (Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais), destacando-se, ainda, um grupo considerável de alunos que tem dislexia. Estes discentes distribuem-se pelas escolas integrantes do AERP, abrangendo todos os ciclos e níveis de ensino.



PROFISSIONAIS

O quadro de profissionais que exercem funções no AERP é qualificado e moderadamente estável. É constituído por 95 educadores/as/professores/as, pertencendo 4 à área técnica. Os professores encontram-se distribuídos por 4 Departamentos curriculares, a saber: 1.º ciclo e Pré-Escolar (25 docentes); Línguas (20 docentes); Ciências Exatas e Experimentais (23 docentes); Ciências Sociais e Humanas (16 docentes); Áreas de Expressões Artísticas e Físico Motoras (11 docentes). Da análise efetuada, verifica-se que se encontram vinculados ao Agrupamento 49 docentes; 20

estão na categoria de Quadro de Zona Pedagógica; sendo os restantes 26 contratados. Contribuindo, ainda, para a ação educativa, o Agrupamento conta com um psicólogo, um psicopedagogo, uma assistente social e uma enfermeira. Exercem funções, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, uma educadora social e uma psicóloga. O número de assistentes operacionais é de 53, 20 exercem funções em Cerva e 33 em Ribeira de Pena. Relativamente aos assistentes administrativos, exercem funções 9 elementos, 8 na Escola Sede e 1 no Pólo de Cerva.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AERP

A associação de pais (*cf.* Lei 29/2006 - Lei das Associações de Pais – 2ª alteração e Republicação do Decreto-Lei 372/90) almeja a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ao ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário do Agrupamento. Assume como principal objetivo a orientação e a participação ativa, sendo os responsáveis de primeira linha na educação integral dos seus filhos e educandos. De acordo com o Art.º 9 da Lei 29/2006, de 4 de julho, constituem direitos das associações de pais ao nível de estabelecimento ou agrupamento: (a) participar, nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na definição da política educativa da escola ou agrupamento; (b) participar na administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino; (c) reunir com os órgãos de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino em que esteja inscrita a generalidade dos filhos e educandos dos seus associados; (d) distribuir a documentação de interesse das associações de pais e afixá-la em locais destinados para o efeito no estabelecimento de educação ou de ensino; (e) beneficiar de apoio documental a facultar pelo estabelecimento de educação ou de ensino ou pelos serviços competentes do Ministério da Educação.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO AERP

É a estrutura que consubstancia a representação dos alunos do Agrupamento e foi eleita por sufrágio de todos os alunos. Desenvolve o seu trabalho em articulação com a Direção e com as demais estruturas do Agrupamento, dinamizando e participando em diferentes atividades, quer sejam de sua iniciativa ou previstas no Plano Anual de Atividades.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE APOIO EDUCATIVO

Para além das várias estruturas e departamentos, o Agrupamento dispõe de Serviços Especializados e de Apoio Educativo que têm como objetivo comum a inclusão, o sucesso educativo e a promoção do potencial de funcionamento dos alunos no que respeita às esferas socio afetiva e cognitiva. São estes: o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA); o Núcleo de Informação e Apoio ao Aluno e à Família (NIAAF) e o Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno (GIAA). Relativamente ao SPO, conforme legislação em vigor, o Serviço de Psicologia e Orientação, e por inerência o psicólogo escolar, deve desenvolver a sua atuação nos domínios do apoio psicológico e psicopedagógico, o apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação da carreira (Referencial Técnico para Psicólogos Escolares, 2016). As áreas de intervenção prioritárias do SPO devem ser selecionadas em consonância com o Projeto Educativo da Escola. O combate ao insucesso escolar é um dos apanágios deste projeto. A psicologia em contexto escolar está alinhada com um conjunto de pressupostos políticos, teóricos, científicos e técnicos organizadores da sua ação, sendo a prevenção do abandono escolar precoce um desígnio nacional e comunitário. A intervenção em contexto permite uma proximidade e uma atuação integrada com diversos atores educativos que conduz a uma melhor qualidade da resposta educativa. O apoio psicológico e psicopedagógico é transversal a todos os níveis de escolaridade, independentemente de o foco da intervenção assumir algumas particularidades em função do nível etário e dos objetivos das aprendizagens a realizar.

O CAA do AERP agrega todas as respostas educativas da escola, fazendo uso de recursos humanos, recursos materiais, saberes e competências. A sua ação organiza-se segundo dois Eixos: 1. Suporte aos docentes titulares de grupo/turma (assumindo sempre um carácter transitório); 2. Complementaridade, com carácter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos.

O NIAAF pretende constituir-se como um recurso vital para a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos nossos alunos e suas famílias; assume o compromisso de apoiar a jornada educacional e psicossocial dos alunos, concentrando-se na resolução de desafios que vão desde questões disciplinares até problemas mais amplos de ordem pessoal e social; pretende incrementar uma abordagem holística,

envolvendo pais, alunos e professores para construir dinâmicas familiares, parentais e sociais eficazes. O seu objetivo primordial é fornecer ferramentas práticas para enfrentar questões que interferem com o desenvolvimento integral dos alunos, pais e suas famílias, mas também toda a comunidade educativa.

O GIAA foi criado no âmbito do projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual e implementado no nosso Agrupamento, dando cumprimento ao artigo 10 da Lei nº60/2009 de 6 de agosto e à Portaria nº196-A/2010 de 9 de abril. A gestão do GIAA é assegurada por uma enfermeira com formação nas áreas da educação para a saúde e educação sexual. Esta profissional apoia e esclarece os alunos sobre assuntos relacionados com a educação para a saúde e a educação sexual, em toda a sua abrangência física, psíquica e emocional, assegurando a total confidencialidade dos seus utilizadores.

MISSÃO, VALORES E VISÃO

A Escola do presente é a Escola que a TODOS os alunos promete o maior sucesso e que nenhum é deixado para trás. Inclusão significa **Presença, Participação e Progresso**; implica toda uma mudança na cultura da escola e comunidade, assim como a alteração na matriz e políticas da escola; exige, como diz a Professora Arianne Cosme (2018) uma “inteligência curricular” e uma Diferenciação Pedagógica que se traduz em olhar para a diversidade de alunos (seus interesses, motivações, experiências, culturas, línguas, entre outros) como um desafio / oportunidade e planificar as atividades, considerando sempre o que os discentes aprendem, como aprendem e porque aprendem. Os professores devem compreender que a premissa de que todos aprendem o mesmo conteúdo, à mesma velocidade, ao mesmo ritmo e são avaliados de igual forma não é correta. O aluno deve ser o protagonista da sua aprendizagem e aprender deve ser um prazer e não uma obrigação ou, por vezes até, uma experiência traumática que nos persegue para toda a vida (nem todos conseguimos subir e descer árvores de forma exímia, mas podemos ser excelentes nadadores!).

Hoje sabemos que, segundo Howard Gardner (1995), existem múltiplas inteligências e as inteligências desenvolvem-se e trabalham-se, não são estáticas. Planificar tendo em conta as potencialidades de cada um(a). Este conhecimento é crucial para que com base nas *Aprendizagens Essenciais* das várias disciplinas e no *Perfil dos Alunos à Saída da*

Escolaridade obrigatória se planifiquem as atividades, se definam estratégias e se antecipem dificuldades. Pretende-se que os professores adotem uma atitude preventiva face ao insucesso e apetrechem os alunos de competências aplicáveis à vida fora do contexto escolar: gestão de emoções, gestão do tempo, produtividade, criatividade, partilha, resolução de situações problemáticas, entre outros.



A visão para o AERP é a de que este seja uma instituição educativa de referência, ambicionada e procurada pelos Alunos, Pais e EE e capaz de envolver toda a Comunidade, fazendo do nosso Agrupamento uma Escola de Todos, com Todos e para Todos. Os alunos são os verdadeiros protagonistas do processo de ensino e é em prol deles que se constrói este PE e se definem as linhas orientadoras de ação. Pretendemos garantir um serviço educativo credível e de qualidade, formar cidadãos humanistas, autónomos, participativos, proativos e responsáveis; garantir a participação e educação de todos, na sua comunidade local e ao lado dos seus colegas e amigos; integrar e valorizar o esforço e o papel de cada um; contribuir para o desenvolvimento da comunidade educativa.

A liderança dos Diretores é de capital importância para as escolas, desafiando-as a analisarem e a discutirem os seus problemas, definirem prioridades e concretizarem soluções organizacionais orientadas em função dos objetivos traçados (Verdasca, 2013). Tendo esta afirmação em linha de conta, tendo sempre em mente a missão, valores e visão a que nos propomos, a direção pretende contribuir para o comprometimento e envolvimento dos professores com a escola, no desempenho dos alunos (Day, 2008), na autoeficácia e autoestima docente, bem como no incremento do diálogo, da reflexão e do desenvolvimento profissional (Blase & Blase, 2002).

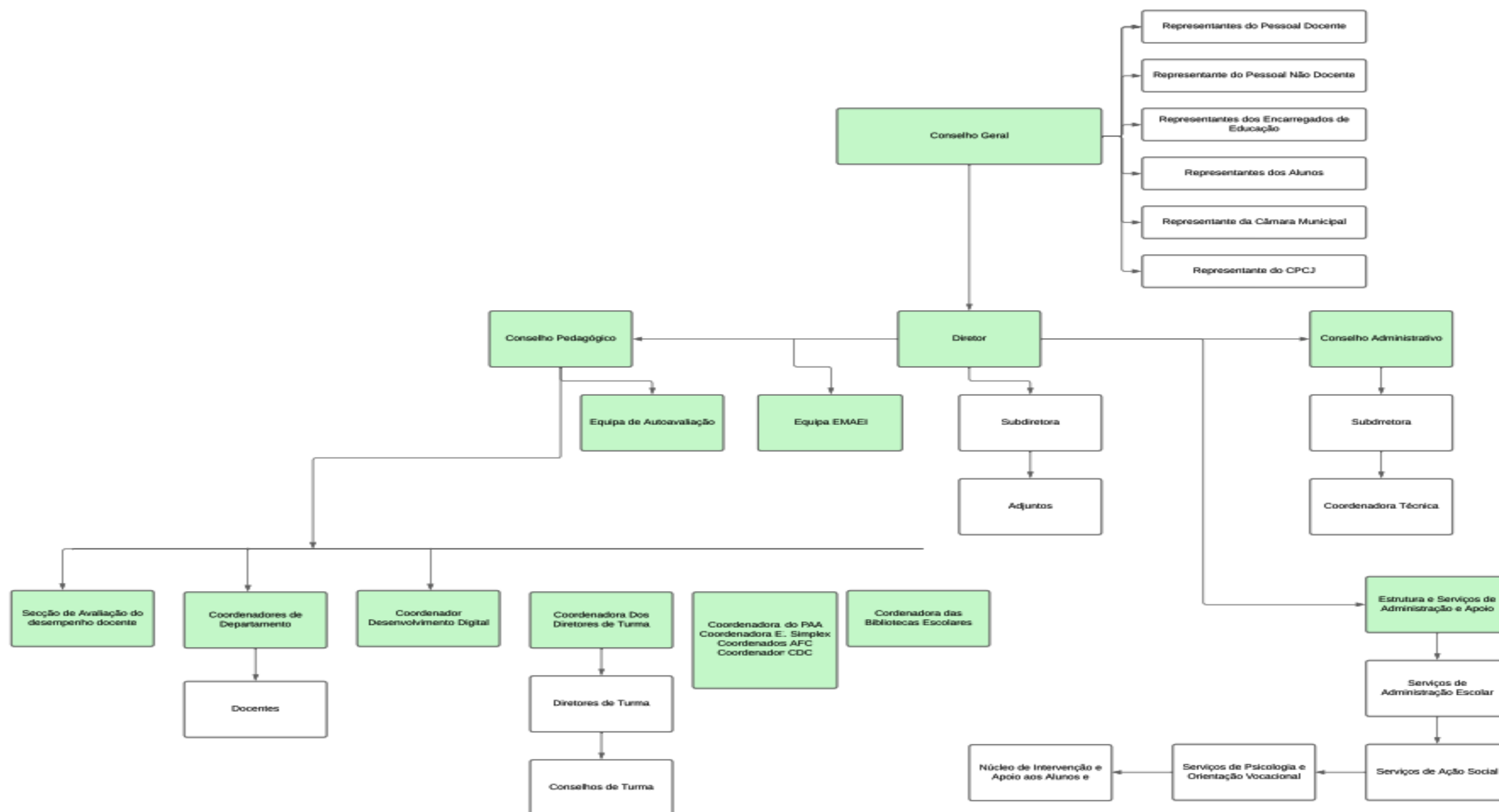
O Decreto-Lei n.º 55/18, de 6 de julho, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário portugueses, desafiando as escolas e os seus atores a flexibilizar o currículo em função dos seus contextos específicos e das necessidades de todos os alunos, tendo em conta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), bem como as Aprendizagens Essenciais (AE) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC). Este diploma legal implementa a Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), que consiste na capacidade dada à escola para “gerir o currículo, partindo das matrizes curriculares-base, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (artigo 3.º, alínea c)). Seria incongruente se a escola não acompanhasse o ritmo de mudança da sociedade, constituindo a Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC) uma janela de oportunidades para a sua inovação (Simões & Sousa, 2022).

Sabemos que a liderança dos Diretores é um fator crucial para a melhoria da educação (Bolívar, 2012), pelo que parece ser incontornável a sua importância para a implementação da AFC (Cohen & Fradique, 2018; Cosme, 2018; Fialho, 2017; Lagarto & Alaíz, 2019; Machado, 2018; Verdasca, 2013). O líder transformacional é proativo, promove a motivação e a mudança de atitudes dos docentes de forma a inspirá-los, ao invés de os inibir, para alcançarem novos objetivos (Avolio & Bass, 1995; Bass, 1985; Bass & Avolio, 2003; Neves & Coimbra, 2018). Contudo, não queremos que este papel se centre apenas na figura de um Diretor, individualista ou num sistema hierárquico, queremos que as lideranças intermédias continuem a ter repercussões na AFC. Desta forma, prevê-se que todos influenciem de forma positiva este processo e

contribuam para a implementação das linhas orientadoras supra descritas. Urge uma nova forma de pensar, agir, planear e interagir. Não podemos aceitar doravante que uns concebem e outros executam (Cosme et al., 2018). Como todos tão bem sabemos, as escolas não se transformam por decreto (Formosinho & Machado, 2008; Lima, 2009, 2020), por isso, todos são fulcrais para a missão global da escola, não podendo reduzir os vários agentes da comunidade educativa a meros executantes (Machado, 2018).

Proceder à desburocratização dos processos afigura-se pertinente para que todos se foquem no seu exercício pedagógico e mobilizem os seus esforços em prol da missão da escola, com base numa ação partilhada que encoraja a participação, a autonomia e a inovação.

ORGANIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO (ORGANOGRAMA)



ANÁLISE SWOT DO AGRUPAMENTO

Para realizar a análise SWOT, foram tidos em conta documentos e instrumentos produzidos ao longo do tempo pelas estruturas internas e externas, bem como outros dados recolhidos e sistematizados por diversas instituições e organizações, a saber: PE, OC, PAA, Regulamento Interno (RI), Relatório de Avaliação Externa, Plano de Melhoria e Relatório de Avaliação Interna.

ESCOLA (AMBIENTE INTERNO)

Forças X Oportunidades (potenciar)

- A preocupação da ação educativa com a escola inclusiva;
- Recursos humanos qualificados;
- O dinamismo das bibliotecas escolares (BE), integradas na rede concelhia, no apoio ao currículo e no trabalho articulado com os docentes;
- Disponibilidade dos docentes e assistentes operacionais;
- trabalho desenvolvido com os nossos grupos/ equipas e a participação sistemática do agrupamento em projetos complementares do desporto escolar.
- Os cursos profissionais existentes ao longo dos últimos anos ajudaram a colocar e fixar alunos no mercado de trabalho na região;
- Planos de promoção do sucesso escolar e prevenção do abandono escolar precoce;
- A qualidade das instalações dos centros escolares;
- Acesso às piscinas municipais por todos os alunos do Agrupamento;
- Disponibilidade e ação dos diretores de turma, no relacionamento de proximidade com as famílias;
- A diversidade de estratégias delineadas no PAA dá corpo à ideia central de que o papel da Escola está muito longe de se esgotar dentro da sala de aula e de que a aprendizagem, nas suas diversas vertentes, pode e deve ocorrer sob as mais variadas formas e em diferentes contextos;

- Monitorização periódica das aprendizagens e consequente reformulação de estratégias no âmbito do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);
- A Estratégia de Educação para a Cidadania do AERP propõe que os alunos, em Cidadania e Desenvolvimento (CeD), realizem aprendizagens através da participação plural e responsável de todos na construção de si como cidadãos e de sociedades mais justas e inclusivas;
- Existência de medidas de diferenciação pedagógica;
- Critérios de avaliação, por ano e disciplina, divulgados e conhecidos pela Comunidade escolar;
- Plataformas CLASSROOM, INOVAR e página do AERP, utilizados pela Comunidade Educativa;
- Envolvência das equipas técnicas no sucesso escolar dos alunos com dificuldades que se traduz numa articulação positiva entre as equipas SPO /NIAAF e Educação Especial com os diretores de turma e docentes titulares de turma no diagnóstico, na referenciação e consequente avaliação de alunos dificuldades;
- Iniciativas destinadas à orientação vocacional envolvendo Serviços de Psicologia e Orientação, tendo em vista um melhor esclarecimento dos alunos na transição do 3º ciclo do Ensino Básico para o Ensino Secundário e orientação dos alunos do 12.º ano (regular e profissional) na escolha do seu percurso universitário;
- Cumprimento das planificações.
- Iniciativas destinadas à orientação vocacional envolvendo Serviços de Psicologia e Orientação, tendo em vista um melhor esclarecimento dos alunos na transição do 3o ciclo do Ensino Básico para o Ensino Secundário e orientação dos alunos do 12.o ano (regular e profissional) na escolha do seu percurso universitário

Fraquezas X Ameaças (áreas de melhoria)

- Consolidação da articulação horizontal e vertical do currículo, bem como insuficiente trabalho colaborativo;
- Grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem, o que condiciona o seu acesso ao currículo;
- Número crescente de alunos com dificuldades de concentração, atenção, responsabilidade, empenho e organização;

- Complexidade de alguns conteúdos programáticos e a sua extensão, que nem sempre permitem a compreensão, consolidação e aplicação das matérias abordadas;
- A estabilidade do corpo docente;
- Lacunas no controlo da entrada/saída dos alunos da escola;
- Escassez de pessoal não docente (PND), e insuficiente formação para o exercício de algumas tarefas que lhes são destinadas;
- Hábitos e atitudes cívicas dos alunos desajustados ao contexto escolar (casos de indisciplina frequentes);
- Incipiente contribuição e/ou participação da AE, dos alunos e dos EE, na elaboração dos documentos estruturantes, designadamente no PAA ou em iniciativas de natureza recreativa, desportiva ou cultural;
- Parque informático já muito desgastado e obsoleto em função das necessidades atuais, apesar do enorme esforço e cuidado de manutenção, atualização e reparação dos equipamentos;
- Escassez de recursos materiais, nomeadamente informáticos e de meios audiovisuais e multimédia atualizados;
- Falta de hábitos de estudo e de trabalho sistemático por parte de alguns alunos
- Falta de recursos necessários à promoção de atividades experimentais, particularmente no 1.º ciclo;
- Lacunas nas acessibilidades da escola;
- Falta de salas para alojar o material tecnológico e para implementar espaços de estudo.
- Fraco envolvimento dos pais e Encarregados de educação na vida escolar dos seus filhos/educandos
- Fragilidades na infraestrutura informática

ESCOLA (AMBIENTE EXTERNO)

Forças X Oportunidades (potenciar)

- Crescente aposta no turismo de natureza e valorização dos recursos naturais da região;

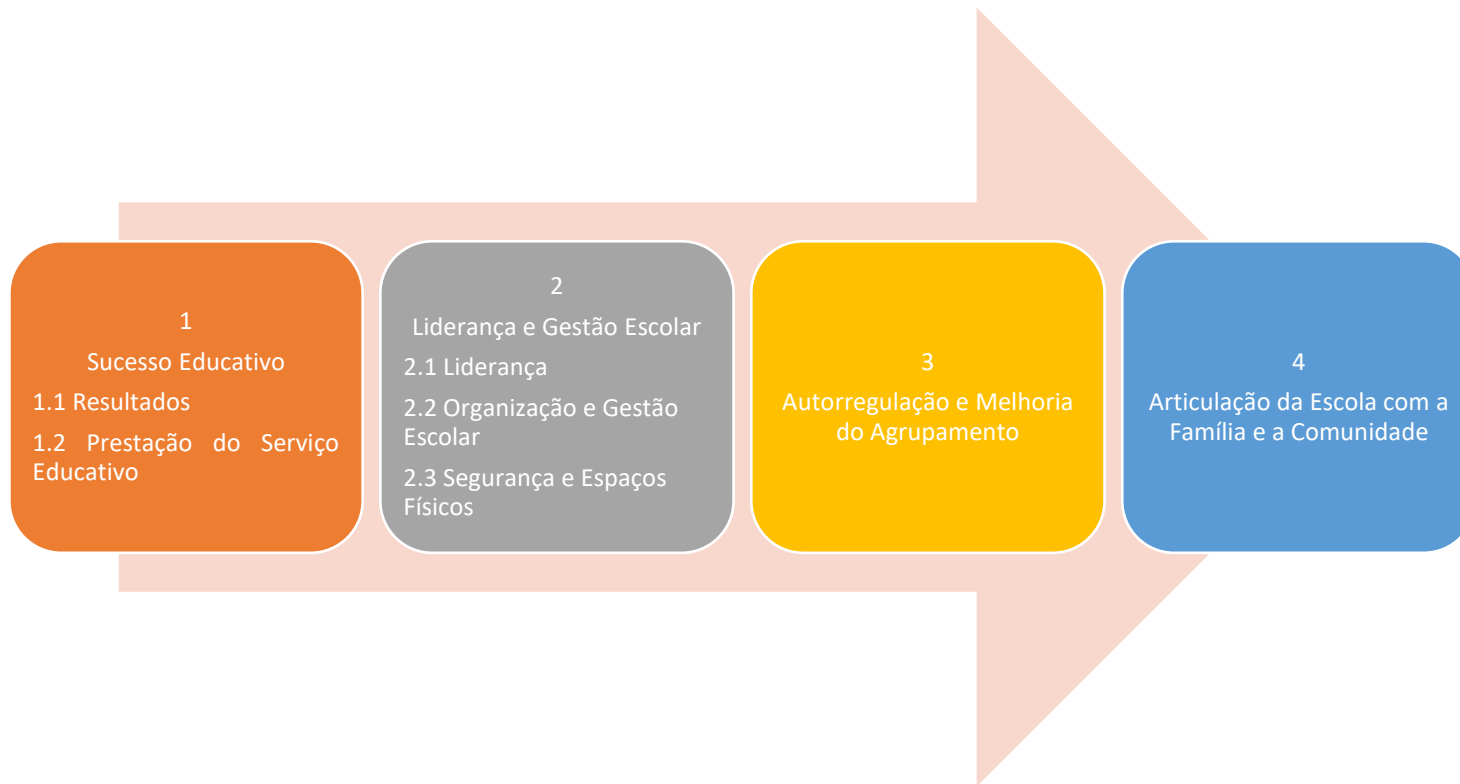
- Rodovias de acesso a centros mais desenvolvidos;
- A recetividade das diversas entidades locais, sempre que solicitadas, a participar em ações de desenvolvimento de competências transversais nos alunos;
- Empenho da Associação de Pais e dos Encarregados de Educação, como intervenientes ativos na vida escolar dos seus educandos e na dinamização de dias festivos;
- A colaboração da Autarquia;
- Existência e disponibilidade de entidades diferenciadas com as quais é possível reforçar parcerias;
- Utilização de recursos tecnológicos como forma de esbater as assimetrias regionais e o isolamento dos territórios de baixa densidade populacional.

Fraquezas X Ameaças (áreas de melhoria)

- Baixo nível escolar e fracas condições de vida de uma boa parte da população local;
- Baixa expectativa dos alunos e EE em relação à escola;
- Fraco conhecimento, por parte da comunidade educativa, dos documentos orientadores do Agrupamento;
- Padrões de qualidade de envolvimento dos EE no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos e das famílias com a escola;
- Dispersão geográfica dos alunos, o que os leva a deslocarem-se muito cedo para a Escola, e o regresso tardio às suas casas;
- Pouca visibilidade, no meio local, do trabalho realizado no Agrupamento;
- Inexistência de rede de transportes públicos;
- Diminuição do número de alunos, principalmente no ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, como consequência da evolução demográfica negativa;
- Número insuficiente de Assistentes Operacionais;

- Número insuficiente de Assistentes Operacionais com formação adequada para trabalhar junto de alunos portadores de deficiência;
- Reduzido tecido empresarial.

EIXOS ESTRATÉGICOS



EIXO ESTRATÉGICO 1 – Sucesso Educativo			
Campo de intervenção 1.1 Resultados			
Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Melhorar as taxas e padrões de sucesso escolar em todas as disciplinas/áreas disciplinares, cumprindo as metas fixadas no PE; (Confrontar Anexo I) - Melhorar os resultados da avaliação externa e interna; - Promover o sentido de responsabilidade nos alunos; - Desenvolver atitudes cívicas e solidárias nos discentes; - Melhorar o comportamento e a disciplina; - Desenvolver projetos destinados à prevenção do abandono/desistência.	- Dinamização da oferta de complemento curricular, que integre interesses manifestados pelos alunos; - Implementação de medidas de apoio: apoio educativo (1.º ciclo); apoio individualizado; Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar: coadjuvação; apoio de professor em contexto de sala de aula; mais um tempo letivo de apoio educativo; Centro de Apoio à Aprendizagem; Português Língua Não Materna. - Definição dos critérios de avaliação, assim como das práticas e instrumentos de avaliação; - Definição, anualmente, metas de sucesso por ano letivo, tendo como base a autoavaliação do Agrupamento; - Utilização prioritária dos tempos da componente letiva e não letiva existentes para apoio ao estudo, apoio educativo e funcionamento das salas de estudo; - Valorização do mérito escolar e do bom comportamento dos alunos (atitudes exemplares); - Incremento de respostas prontas e eficazes aos problemas de indisciplina, na sala de aula e nos demais espaços escolares; - Criação de parcerias que abranjam protocolos de Mentoria, e preparação para a vida ativa; - Sensibilização dos alunos e dos pais/EE para os cursos de dupla certificação, como alternativa à oferta regular; - Oferta de orientação vocacional tendo em vista o prosseguimento de estudos; - Envolvimento dos alunos em ações de voluntariado, de desenvolvimento cívico e de solidariedade, através de projetos de intervenção social, ambiental e de literacia digital, alocados às áreas de DAC e de Cidadania e Desenvolvimento;	Relativamente ao ano transato: - Aumentar a taxa de transição dos alunos que beneficiem de apoio; - Aumentar o número de alunos que transitam, anualmente, sem níveis negativos (sucesso pleno). Taxa de Sucesso. (Confrontar Anexo II) - Aumentar o número de níveis 4 e 5 nas diferentes disciplinas (Confrontar Anexo III) - Reduzir o número de participações disciplinares (Confrontar Anexo IV) - Reduzir o número de alunos em abandono escolar (Confrontar Anexo V)	- Resultados dos alunos no final do ano letivo - Resultados dos alunos nas provas finais - Número de alunos com sucesso pleno - Resultados do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar - Número de alunos com nível positivo às disciplinas que beneficiam de medidas de apoio - Grau de cumprimento das metas definidas, em departamento e Conselho Pedagógico. - Número de alunos que frequentam o Centro de Apoio à Aprendizagem Multidisciplinar - Quadros de análise de resultados escolares e dos apoios educativos constantes das atas de avaliação sumativa; - Metas definidas nos departamentos

	• Melhoria do “rosto” digital do Agrupamento, nomeadamente na melhoria visual do site, da sua funcionalidade e informação disponibilizada; • Criação de um Núcleo de Informação e de Apoio ao Aluno e à Família (NIAAF), através de protocolos com a CMRP, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Segurança Social, Escola Segura, para resolver situações de absentismo (implementação da falta na hora), indisciplina e de problemas pessoais, de saúde, familiares e sociais; • Atuação, junto dos alunos, de forma ajustada e construtiva por forma a prevenir futuras situações de indisciplina e promover a comunicação célere com o respetivo encarregado de educação. • Envolvimento dos alunos no sucesso das suas aprendizagens e na criação de ambientes favoráveis, auscultando as suas opiniões, realizando, para o efeito, reuniões periódicas entre a Direção e os delegados de turma; • Manutenção do projeto Educação para a Saúde; • Dinamização de dias temáticos: Profissões, alimentação saudável, igualdade género, ambiente, exercício físico, a serem trabalhadas por todos os níveis de ensino, com a participação da Associação de Pais e EE, e demais parceiros; DIA DA CIDADANIA, DIGITAL DAY, DIA DO AGRUPAMENTO • Criação de tempos de partilha e de trabalho cooperativo, nomeadamente, no âmbito das reuniões da área disciplinar; • Elaboração conjunta, ao nível da disciplina/área disciplinar, de instrumentos diversificados de avaliação; • Reflexão periódica sobre os resultados escolares, no conselho pedagógico e nos conselhos de turma, avaliando a eficácia das medidas de apoio aplicadas; • Adequação da prática letiva aos critérios de avaliação definidos pelos órgãos/estruturas do Agrupamento; • Implementação, desde o início do ano letivo, do apoio ao estudo e apoio educativo e salas de estudo, para dar resposta às dificuldades de aprendizagem dos alunos e melhorar os resultados escolares;		• Número de participações/processos disciplinares/conselhos de turma disciplinares; • Número de alunos em abandono escolar; • Grau de intervenção do SPO / NIAAF • Grau de intervenção das instituições em trabalho de parceria com a escola • N.º de reuniões realizadas; • Atividades realizadas no âmbito da Educação para a Saúde; • Atas • Horários
--	--	--	---

	• Identificação dos alunos com níveis de insucesso resultante de situações de indisciplina e/ou de falta de assiduidade; • Reuniões com os pais e encarregados de educação de alunos em risco de abandono; • Encaminhamento dos alunos em risco de abandono/desistência para o SPO / psicopedagogo / NIAAF / CPCJ.		
--	--	--	--

EIXO ESTRATÉGICO 1 – Sucesso Educativo

Campo de intervenção 1.2 Prestação do Serviço educativo

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Melhorar a coordenação interdisciplinar entre ciclos e níveis de ensino; - Aumentar práticas de trabalho cooperativo entre os docentes; - Implementar práticas uniformes de atuação dos Conselhos de Turma; - Garantir o desenvolvimento das áreas de competência previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO); - Contextualizar o currículo ao meio; - Monitorizar a aplicação dos critérios gerais e específicos de avaliação; - Acolher adequadamente alunos migrantes;	- Criação de tempos de partilha e de trabalho cooperativo, nomeadamente, no âmbito das reuniões da área disciplinar; - Realização de reuniões de articulação curriculares entre professores titulares de turma do 4º ano e docentes de várias disciplinas do 2º/3º ciclos; - Organização, sempre que possível, dos horários dos docentes de modo a possibilitar um tempo comum, destinado às reuniões inter e intraciclos que permitam a articulação curricular vertical e horizontal; - Elaboração conjunta, ao nível da disciplina/área disciplinar, de instrumentos diversificados de avaliação; - Adequação da prática letiva aos critérios de avaliação definidos pelos órgãos/estruturas do Agrupamento; - Construção de um guião com instruções uniformes a serem usadas por todos nas reuniões de Conselhos de Turma; - Reuniões de Conselhos de Diretores de Turma; - Incentivo do recurso à permuta da aula, nos casos de falta ao serviço pelos docentes, de forma a aproximar o número de aulas previstas ao número de aulas dadas. - Promoção de medidas de reforço de aprendizagens para alunos migrantes; - Implicação da EMAEI na definição e implementação de medidas que promovam a inclusão de alunos migrantes; - Aplicação de medidas universais para promover o acesso à aprendizagem das diversas componentes do currículo; - Frequência de aulas de apoio individualizado referentes a disciplinas que os alunos nunca	- Aumentar momentos formais de reuniões de articulação; - Garantir a realização de uma reunião pelo menos uma vez, no início de cada ano letivo; - Incluir competências PASEO em todas as planificações apresentadas; - Assegurar que, em todos os Departamentos, haja pelo menos uma atividade de aproximação do currículo ao meio por período; - Assegurar, pelo menos, duas reuniões da equipa de Cidadania e Desenvolvimento;	- Número de reuniões realizadas; - Número de atividades dinamizadas em articulação; - Número de atividades que interagem diretamente com o meio em que o Agrupamento está inserido; - Atas (CP, CT, Departamentos, EMAEI ...) - Documentos elaborados; - Relatórios do PAA; - Guião de reuniões de Conselhos de Turma; - Fichas de registo de autoavaliação; - Número de pedidos de permutas; - Número de casos de alunos migrantes que são referenciados para a EMAEI; - Eficácia das medidas universais aplicadas aos alunos migrantes (ver ata dos CT);

Fomentar o reconhecimento e o respeito pela diversidade.	frequentaram nos seus países de origem.	- Garantir a realização de, pelo menos, cinco reuniões de Conselho de Diretores de Turma; - Construir e divulgar o guião de reuniões de Conselhos de Turma; - Garantir o cumprimento integral das planificações assegurando a implementação das aprendizagens essenciais; - Aumentar o número de permutas entre os professores; - Implicar a EMAEI na definição e implementação de medidas que promovam a inclusão de alunos migrantes; - Aplicar as medidas universais para promover o acesso à aprendizagem das diversas componentes	- Número de aulas de apoio individualizado (ou em pequeno grupo) a alunos migrantes; - Sucesso dos alunos migrantes às disciplinas que têm o reforço extra de apoio individualizado.
--	--	---	---

		do currículo; • Instituir aulas de apoio individualizado recorrendo aos professores que estão na bolsa do GAA.	
--	--	---	--

EIXO ESTRATÉGICO 2 – Liderança e Gestão Escolar			
Campo de intervenção 2.1 Liderança			
Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
• Valorizar o Projeto Educativo • Promover celebrações e comemorações que abram as portas da escola à comunidade; • Aprofundar o sentimento de pertença, de todos os intervenientes educativos, em relação ao Agrupamento; • Acompanhar o funcionamento de todas as escolas do Agrupamento; • Estabelecer parcerias com empresas e instituições do concelho para a organização de aprendizagens em contexto de trabalho e para a implementação dos Planos Individuais de Trabalho; • Promover uma gestão participada e uma boa colaboração institucional com os	• Divulgação do Projeto Educativo junto da comunidade escolar; • Comemoração do Dia do Agrupamento para incentivar o sentimento de pertença em relação ao Agrupamento; • Empenho da direção na mediação de problemas, na valorização do mérito, das opiniões e das propostas de trabalho de toda a comunidade escolar; • Promoção do trabalho cooperativo, da autonomia dos intervenientes educativos e das estruturas intermédias, com partilha de responsabilidades; • Envolvimento de todos os atores educativos na construção dos documentos estruturantes do AERP e implicação nas decisões relativas aos processos que os envolvem; • Divulgar as atividades e os resultados obtidos, através da página web do Agrupamento, de expositores dentro e fora do Agrupamento, das redes sociais; • Estabelecimento de uma comunicação atempada e eficaz, através de correio eletrónico, página do Agrupamento e afixação nos locais habituais, redes sociais de toda a informação de interesse para a comunidade educativa; • Ações de formação, para o pessoal docente e PND, em colaboração com o Centro de Formação de Basto e demais entidades externas; • Estabelecimento um plano de parcerias promotoras da inclusão e da intervenção social; • Estabelecimento um plano de parcerias para a organização de aprendizagens em contexto de trabalho nos percursos escolares alternativos; • Promoção de uma liderança e gestão de proximidade que proporcione momentos de interação mais frequentes com alunos, pessoal docente e não docente; • Reforço das lideranças intermédias e seu envolvimento na tomada de decisões;	• Divulgar o PE na página oficial da escola; e-mail • Realizar reuniões com entidades sociais do concelho; • Realizar parcerias com empresas e instituições para dinamizar atividades no âmbito da formação em contexto de trabalho dos percursos escolares alternativos; • Realizar parcerias com empresas e instituições para a implementação dos Planos Individuais de Trabalho • Reforçar o papel das lideranças intermédias; • Aumentar o grau de participação das	• Publicação da do PE • Número de parcerias • Inquéritos de satisfação • Número de reuniões • Atas

diferentes órgãos do Agrupamento; • Agir com sensibilidade e empatia relativamente à motivação das pessoas e na gestão dos conflitos; • Promover uma gestão participada e uma boa colaboração institucional com os diferentes órgãos do Agrupamento. • Responsabilizar as lideranças intermédias, concedendo-lhes a autonomia necessária à resolução de problemas pedagógicos	• Realização de reuniões periódicas com as estruturas intermédias, que permitam monitorizar e redefinir objetivos de cada estrutura, promovendo boas práticas;	lideranças intermédias na tomada de decisões	
--	--	---	--

EIXO ESTRATÉGICO 2 – Liderança e Gestão Escolar			
Campo de intervenção 2.2 Organização e Gestão Escolar			
Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Rentabilizar os recursos humanos, pedagógicos e materiais; - Elaborar os instrumentos orientadores do Agrupamento; - Promover a qualidade dos serviços; - Estabelecer critérios de uniformização na constituição de grupos e turmas, horários e distribuição de serviço docente; - Adequar o Plano de Formação do Agrupamento às necessidades profissionais e às metas do Projeto Educativo - Melhorar os circuitos de comunicação interna e externa, em termos de segurança, rapidez e rigor no tratamento da informação	- Distribuição do pessoal não docente de forma a rentabilizar as suas competências, com vista a uma maior eficácia no desempenho das suas funções; - Elaboração dos instrumentos orientadores do Agrupamento; - Constituição de turmas com o envolvimento dos Conselhos de Turma, da equipa de Educação Especial e o SPO - Reforço dos mecanismos de deteção e acompanhamento de alunos com graves carências económicas; - Elaboração anual do Plano de Formação do Agrupamento, de acordo com os interesses e necessidades do pessoal docente - Elaboração anual de um plano assente em ações de sensibilização/esclarecimento direcionado para pais/EE - Articulação com o Centro de Formação na promoção de ações de formação aos interesses e às necessidades do Agrupamento; - Utilização dos recursos do Agrupamento no âmbito das TIC para comunicar, de forma célere, com pessoal docente, não docente, pais e encarregados de educação; - Divulgação do Agrupamento por todos os canais disponíveis	- Aumentar a qualidade dos serviços; - Melhorar a qualidade do ensino/aprendizagem em contexto de grupo/turma - Aumentar o apoio aos alunos com carências socioeconómicas; - Assegurar formação anual ao pessoal docente e não docente; - Realizar anualmente pelo menos uma ação de capacitação parental; - Melhorar a divulgação da informação;	- Grau de satisfação da comunidade educativa - Relação dos grupos/turmas - Atas - Número de apoios socioeconómicos - Mapa de afetação dos recursos humanos AO e AT - Número de formandos; - Número de ações de formação; - Número de pais e EE envolvidos nas ações de capacitação; - Número de acessos; - Número de notícias e divulgações nas redes sociais do Agrupamento;

EIXO ESTRATÉGICO 2 – Liderança e Gestão Escolar			
Campo de intervenção 2.3 Segurança e Espaços Físicos			
Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Implementar uma segurança mais controlada - Promover a melhoria dos espaços; - Atualização dos Inventários	- Reforço da segurança junto nas portarias e da vigilância nos recreios; - Manutenção das instalações e dos diferentes espaços escolares - Empenho, junto do Município, para a melhoria das condições de acessibilidade na escola; - Mobiliário e equipamentos	- Aumentar a qualidade dos espaços - Acesso em tempo real, ao espólio do Agrupamento	- Grau de satisfação da comunidade educativa - Número de registos de problemas/ocorrências de segurança

EIXO ESTRATÉGICO 3 – Autorregulação e Melhoria do Agrupamento

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Melhorar a cultura de autoavaliação no Agrupamento; - Avaliar se o Agrupamento é verdadeiramente inclusivo; - Incentivar o autoconhecimento e desenvolvimento organizacional; - Promover a qualidade da educação.	- Aplicação de questionários, por amostragem, à comunidade educativa (pessoal docente, PND, alunos e EE); - Análise dos resultados da autoavaliação e sua utilização na construção do plano de melhoria para o ano seguinte; - Criação de questionários acerca da escola inclusiva; - Incidência do processo de autoavaliação nos domínios valorizados pelo relatório da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC): resultados, prestação do serviço educativo, organização e gestão escolar e liderança; - Divulgação e reflexão sobre os resultados da avaliação interna no Conselho Pedagógico, Conselho Geral e estruturas intermédias do Agrupamento; - Elaboração e aplicação de planos de melhoria, para que seja dada resposta às fragilidades detetadas.	- Reduzir os pontos fracos identificados; - Consolidar os pontos fortes identificados; - Elaborar questionários para auferir se a escola é inclusiva (passar, pelo menos, um por ano letivo)	- Relatórios elaborados; - Plano de melhoria; - Questionários elaborados.

EIXO ESTRATÉGICO 4 – Articulação da Escola com a Família e a Comunidade

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores / Instrumentos de avaliação
- Aumentar a participação da AE, CMRP, CS, Escola Segura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), e outras entidades exteriores, nomeadamente empresas, de forma a cooperar na vida da escola e contribuir para a preparação dos alunos para a vida, para serem cidadãos; - Promover relações com a comunidade envolvente, possibilitando a realização de acontecimentos especiais (exposições, conferências, eventos desportivos) nas instalações escolares e/ou usando as instalações da comunidade	- Intensificação da importância da figura do Encarregado de Educação, aquando da celebração do Dia do Agrupamento e ao longo do ano letivo; - Realização de reuniões/workshops/grupos de debate para capacitar Pais e EE, fomentando boas práticas relativas à aprendizagem e bem-estar físico, socio emocional e psicológico dos alunos; - Realização de reuniões com a APEE, ordinariamente, todos períodos, extraordinariamente, sempre que solicitado, no sentido de auscultar opiniões e procurar fornecer respostas assertivas / clarificações, em tempo útil, a todas as situações que surjam; - Promoção de iniciativas dos EE e APEE no PAA; - Garantia de horários de funcionamento ajustados às necessidades das famílias; - Abertura e envolvimento das escolas em iniciativas promovidas pela comunidade - Apoio a projetos/ iniciativas de relevo desenvolvidos pelo Município de Ribeira de Pena e pelas Juntas de Freguesia do concelho; - Criação do gabinete do NIAAF	- Intensificar a importância do EE; - Reunir com os pais e EE - Reunir com a APEE pelo menos uma vez em cada período; - Incluir, pelo menos, três atividades dinamizadas pelos EE no PAA; - Alargar a participação da escola aos projetos/iniciativas promovidas pela comunidade; - Divulgar o gabinete do NIAAF	- Atas; - Workshops / debates/ reuniões capacitação realizadas; - PAA; - Horário de abertura e fecho da escola; - Número de iniciativas apoiadas pela escola; - Número de projetos desenvolvidos pelo Município/Juntas de Freguesias; - Número de parcerias estabelecidas; - Número de iniciativas realizadas na comunidade; - Número de pais atendidos pelo NIAAF

para colocar em prática ações da responsabilidade da escola; • Dinamizar e / ou participar em ações culturais / tradicionais			
---	--	--	--

AVALIAÇÃO

O Conselho Geral é o órgão responsável pela avaliação e acompanhamento do Projeto Educativo. A sua avaliação deverá ser realizada anualmente (em setembro), tendo por base os vários relatórios elaborados nomeadamente: relatórios do Plano Anual de Atividades, do Plano de Formação, de Autoavaliação Interna, Relatório da Estratégia de Cidadania e Desenvolvimento do Agrupamento; Relatório da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, Relatórios dos Departamentos Curriculares, da Coordenação dos Diretores de Turma entre outros, numa perspetiva contínua e formativa tendo como principais objetivos a verificação da eficácia do respetivo Projeto. Deverá ter por base a identificação dos pontos fortes que deverão ser mantidos, dos aspetos a melhorar e das suas fragilidades e também da verificação de necessidades emergentes, tendo em vista uma otimização de toda a ação educativa e a satisfação pessoal e social da comunidade educativa.

FORMA DE DIVULGAÇÃO

- Colocação na Página da Internet do Agrupamento e através das estruturas de coordenação educativa do Agrupamento.
- Exposição pública no espaço escolar, num painel com as ideias principais. Apresentação aos alunos e encarregados de educação pelos diretores de turma, nas reuniões realizadas no início do ano letivo.

Após a sua divulgação, o Projeto Educativo encontra-se também acessível a todos os elementos das comunidades escolar e educativa para consulta, em suporte papel, na Biblioteca e nos Serviços Administrativos.

Aprovado em Conselho Pedagógico em: ____/____/2024

O Diretor: _____

Aprovado em Conselho Geral em: ____/____/2024

A Presidente do Conselho Geral: _____

Revisto em: ____/____/2024

Atualizado em: ____/____/2024

DOCUMENTOS CONSULTADOS

LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho; procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e procede à sua republicação
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens
- Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, que cria nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação
- Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, que estabelece as atividades de enriquecimento curricular, de animação e de apoio à família
- Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, que define o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio, que define a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, Despacho 9180, de 19 de julho

OUTRAS FONTES

- Projeto de Intervenção do Diretor do Agrupamento
- Projeto Educativo 21-24
- Regulamento Interno do Agrupamento
- Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE)
- Critérios Gerais de Avaliação dos Alunos
- Plano Anual de Atividades (2023-2024)
- Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento (EECA)
- Plano Nacional 23/24 Escola + - Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023
- Recomendação n.º 3/2022, do Conselho Nacional de Educação, relativa ao acolhimento de migrantes e à construção de uma escola mais inclusiva;
- Direção-Geral da Educação. (2024). Inclusão de alunos migrantes em meio educativo
- Qual o papel do diretor na autonomia e flexibilidade curricular? A perceção dos docentes, Simões & Sousa Revista Portuguesa da Educação 2022;
- O IMPACTO DA LIDERANÇA DOS DIRETORES NA AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR: PERCEÇÃO DOS PROFESSORES, Simões Revista Portuguesa de Investigação Educacional, n.º 23, 2022, pp. 1-27

Anexo I

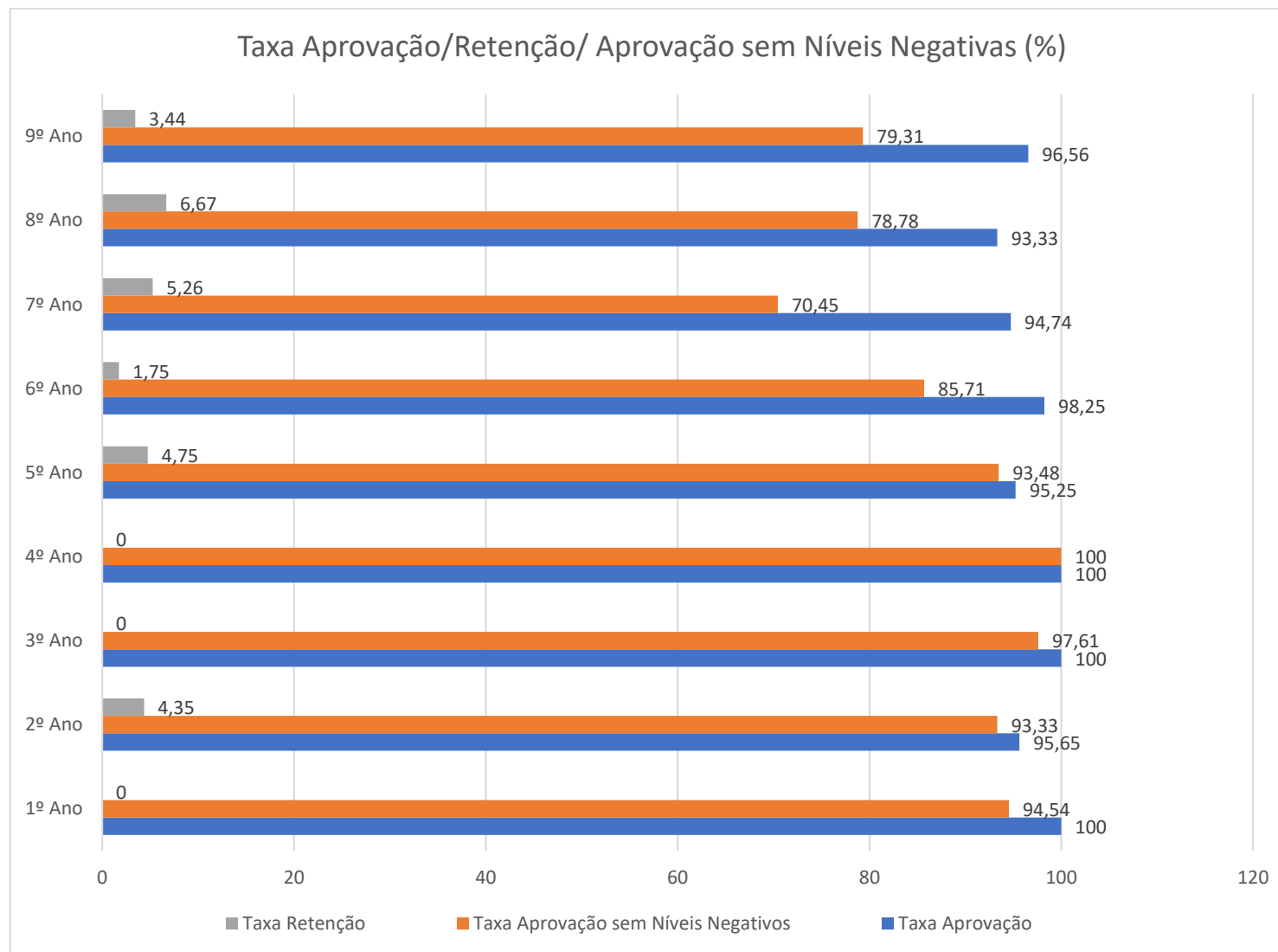
Metas 1º Ciclo (%) Ano 2023/2024				
	Português	Matemática	Estudo Meio	Inglês
1º Ano	93	95	100	-----
2º Ano	90	93	100	-----
3º Ano	92	92	100	98
4º Ano	95	95	100	96

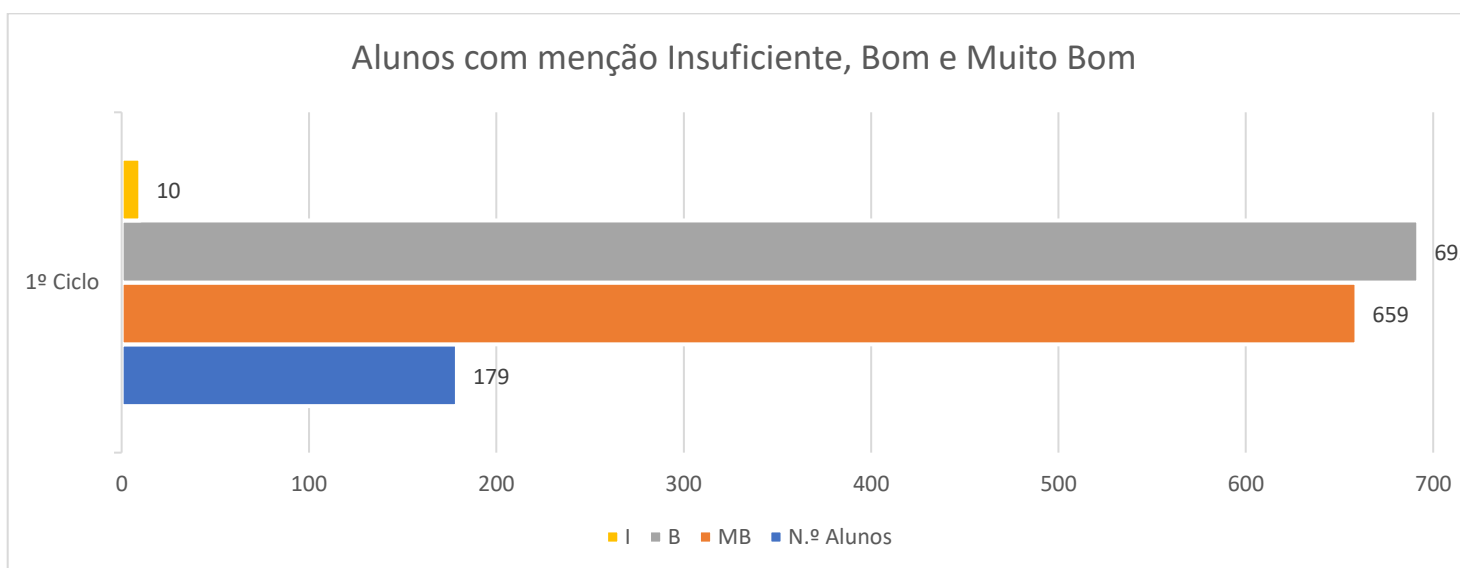
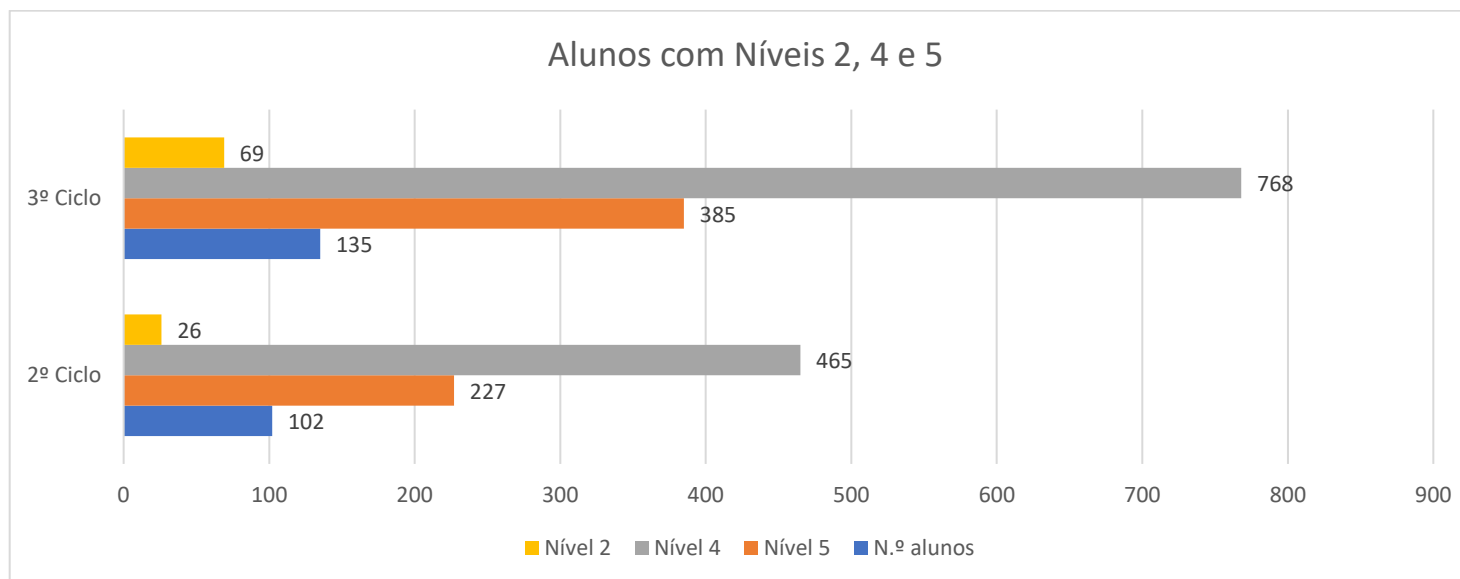
Metas 2º Ciclo (%) Ano 2023/2024											
	Português	Matemática	C. Natureza	HGP	Inglês	Ed.Física	TIC	EMRC	Ed. Musical	Ed. Tecnológica	Ed. Visual
5º Ano	94	90	100	95	95	98	95	95	100	95	95
6º Ano	95	90	95	95	95	98	95	95	100	95	95

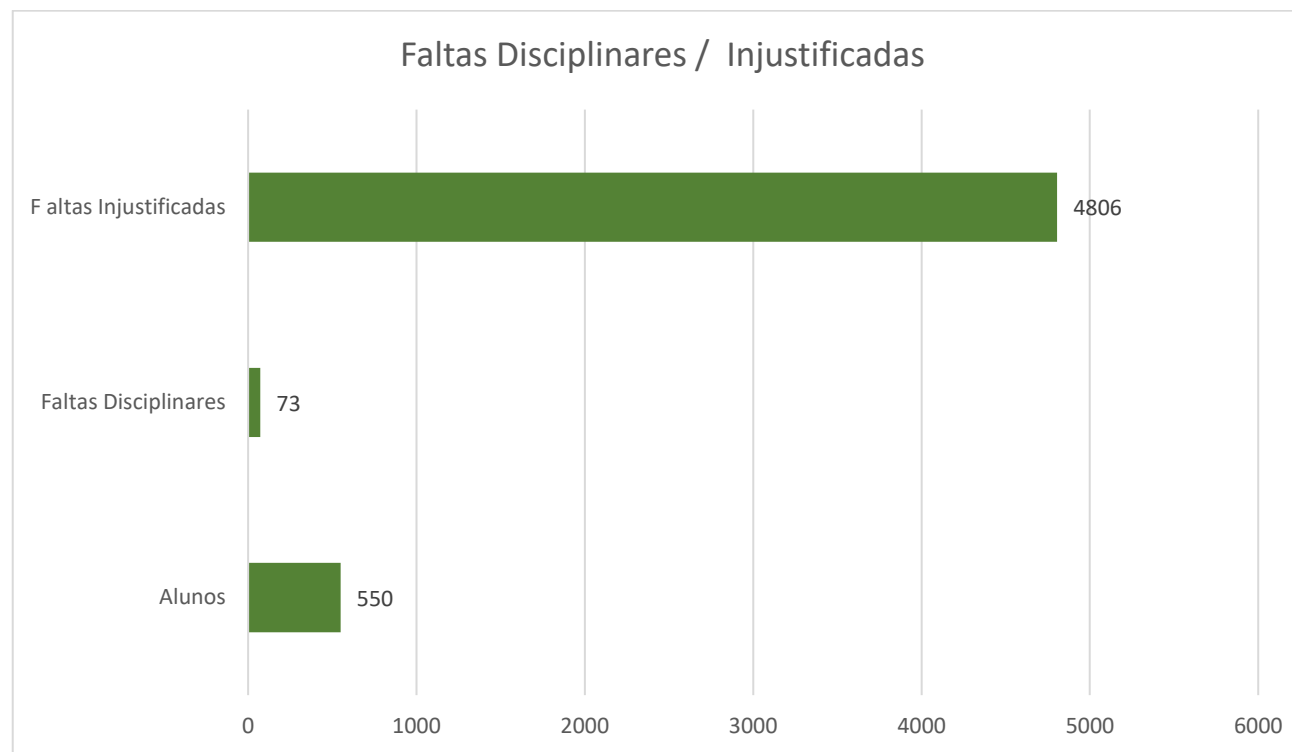
Metas 3º Ciclo (%) Ano 2023/2024													
	Português	Inglês	Francês	História	Matemática	C. Naturais	F. Q.	Ed. Visual	Ed. Física	Ed. Tecnológica	TIC	Geografia	EMRC
7º Ano	98	90	95	95	94	95	95	95	98	95	95	90	95
8º Ano	95	85	95	100	85	93	95	95	98	95	95	92	95
9º Ano	90	90	95	90	80	90	95	100	98	100	95	95	95

Metas Ensino Secundário (%) Ano 2023/2024															
	Português	Matemática	História	Bio / Geo	Geo. Descritiva	F. Q.	Geografia	Francês	Inglês	Espanhol	EMRC	Filosofia	Psicologia	Economia	Ed. Física
10º Ano	95	85	85	90	100	95	95	-----	95	100	95	95	-----	100	98
11º Ano	98	90	95	95	100	94	90	-----	100	-----	95	95	-----	98	98
12º Ano	95	90	95	95	100	100	-----	100	100	-----	95	-----	100	-----	98

Anexo II







Não são considerados os alunos do Pré-Escolar

